

ATIVIDADE ECONÔMICA

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em janeiro de 2025

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), janeiro de 2025 apresentou um superávit primário de R\$ 87,0 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita total do governo central somou R\$ 304,3 bilhões nesse mês, um crescimento de 4,2% em termos reais, e a receita líquida, após as transferências por repartição de receitas, totalizou R\$ 259,1 bilhões, aumento real de 4,2%, comparativamente ao apurado no mesmo mês de 2024, ao passo que as despesas somaram R\$ 172,1 bilhões, um acréscimo real de 3,9% na mesma base de comparação. Com isso, no acumulado em doze meses até janeiro, o resultado primário apresenta um déficit de R\$ 40,2 bilhões, a preços constantes de janeiro de 2025.

Em janeiro de 2025, a receita total registrou uma elevação real de 4,2%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2024. Esse aumento observado se deu em função da arrecadação de receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que tiveram um crescimento real de R\$ 11,4 bilhões (5,5%). As receitas não administradas pela RFB apresentaram uma pequena variação real negativa de arrecadação de R\$ 0,4 bilhão (-1,0%) e a arrecadação líquida do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentou alta de R\$ 1,2 bilhão (2,2%). Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve um crescimento de R\$ 10,4 bilhões (4,2%) a preços constantes. No acumulado em doze meses em janeiro de 2025, a receita líquida de transferências registrou uma variação real positiva de 9,0%, totalizando R\$ 183,6 bilhões, a preços constantes, a mais do que o acumulado em doze meses em janeiro de 2024, fortemente impactada pelo bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela RFB – que marcaram no período um acréscimo de 12,2%, aumento real de R\$ 189,9 bilhões.

Quanto à despesa total, houve um crescimento em janeiro, em termos reais, de R\$ 6,5 bilhões (3,9%) em relação ao mesmo mês de 2024. No acumulado em doze meses, a despesa teve uma queda real de R\$ 19,8 bilhões (-0,9%), em comparação com janeiro de 2024, muito influenciada pelo pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, com queda real de R\$ 15,0 bilhões (-3,8%), e outras despesas obrigatórias, que apresentou retração real de R\$ 15,3 bilhões (-4,0%).

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe dos Santos Martins

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 12 de fevereiro de 2025.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes de janeiro de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jan./2024	jan./2025		Até jan./2024	Até jan./2025	
1-Receita Total	291,9	304,3	4,2	2.523,5	2.752,8	9,1
1.1 - Receita Administrada pela RFB	207,8	219,2	5,5	1.551,2	1.741,1	12,2
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-0,1	-	-100,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	54,1	55,3	2,2	635,8	656,4	3,2
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	30,1	29,7	-1,0	336,6	355,3	5,6
2. Transf. Por Repartição de Receita	43,2	45,2	4,6	485,7	531,5	9,4
3. Receita Líquida (1-2)	248,7	259,1	4,2	2.037,8	2.221,4	9,0
4. Despesa Total	165,6	172,1	3,9	2.281,3	2.261,5	-0,9
4.1 Benefícios Previdenciários	71,6	73,2	2,4	962,1	962,0	-0,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	32,3	30,9	-4,5	389,1	374,1	-3,8
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	28,2	31,0	9,9	385,0	369,7	-4,0
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	33,6	37,0	10,3	545,1	555,7	1,9
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	83,1	87,0	4,7	-243,5	-40,2	83,5

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em janeiro de 2025 foi registrado um aumento real de R\$ 11,4 bilhões (5,5%) em relação ao mesmo mês de 2024. O bom desempenho das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando um acréscimo real de R\$ 8,3 bilhões (10,7%), em comparação ao mesmo mês de 2023.

TABELA 2

Governo central: principais componentes da receita a preços constantes de janeiro de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jan./2024	jan./2025		Até jan./2024	Até jan./2025	
1-Receita Total	291,9	304,3	4,2	2.523,5	2.752,8	9,1
1.1 - Receita Administrada pela RFB	207,8	219,2	5,5	1.551,2	1.741,1	12,2
1.1.01 Imposto de Importação	5,7	8,7	51,4	58,3	82,4	41,3
1.1.02 IPI	5,4	6,6	22,0	63,3	87,4	38,0
1.1.03 Imposto de Renda	110,9	113,8	2,6	746,5	806,9	8,1
1.1.04 IOF	5,4	5,2	-4,2	65,6	69,0	5,3
1.1.05 Cofins	33,4	35,4	5,8	319,4	377,5	18,2
1.1.06 PIS/Pasep	9,8	9,8	-0,3	91,2	106,2	16,4
1.1.07 CSLL	32,9	35,1	6,7	161,9	173,3	7,0
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,3	0,1	-51,1	1,5	3,4	119,7
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	3,9	4,5	17,0	43,6	35,1	-19,5
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-0,1	-	-100,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	54,1	55,3	2,2	635,8	656,4	3,2
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	30,1	29,7	-1,0	336,6	355,3	5,6
1.4.1 Concessões e Permissões	0,7	0,5	-37,8	9,4	16,4	74,7
1.4.2 Dividendos e Participações	-	0,8	-	46,4	74,4	60,2
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,7	0,5	-67,5	18,9	17,9	-5,1
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	17,6	18,3	4,1	119,9	122,3	2,0
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1,7	1,4	-16,4	22,0	23,8	7,9
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2,7	2,8	3,4	33,0	33,9	2,8
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	0,1	0,1	-11,1
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	5,7	5,4	-4,4	86,9	66,6	-23,4
2. Transf. Por Repartição de Receita	43,2	45,2	4,6	485,7	531,5	9,4
3. Receita Líquida (1-2)	248,7	259,1	4,2	2.037,8	2.221,4	9,0

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

No acumulado em doze meses até janeiro de 2025, a receita total registrou um crescimento real, em comparação com o acumulado até janeiro de 2024, de R\$ 229,3 bilhões (9,1%). As principais variações positivas ocorreram na receita administrada pela RFB, que teve alta de R\$ 189,9 bilhões (12,2%), com destaque para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), com crescimento de R\$ 15,0 bilhões (16,4%), Imposto de Importação, com aumento de R\$ 24,1 bilhões (41,3%), IPI, com alta de R\$ 24,1 bilhões (38,0%), Imposto de Renda, com expansão de R\$ 60,4 bilhões (8,1%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com aumento de R\$ 58,1 bilhões (18,2%).

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se notar que em janeiro houve um acréscimo real de 3,9% na despesa total, impactado pelo pagamento de despesas com o benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia (Loas/RMV), aumento real de R\$ 1,3 bilhões (14,8%), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), crescimento real de R\$ 2,0 bilhões (21,9%), e despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira (obrigatórias e discricionárias), aumento real de R\$ 3,4 bilhões (10,3%).

As despesas acumuladas em doze meses até janeiro de 2025, quando comparadas com o acumulado até janeiro de 2024, tiveram uma queda real de R\$ 19,8 bilhões (-0,9%), com destaque para a retração real de R\$ 15,0 bilhões em pessoal e encargos sociais (-3,8%) e de R\$ 15,3 bilhões nas outras despesas obrigatórias (-4,0%), ante a uma expansão de R\$ 10,6 bilhões nas despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, obrigatórias e discricionárias (1,9%).

TABELA 3

Governo central: principais componentes da despesa a preços constantes de janeiro de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jan./2024	jan./2025		Até jan./2024	Até jan./2025	
4. DESPESA TOTAL	165,6	172,1	3,9	2.281,3	2.261,5	-0,9
4.1 Benefícios Previdenciários	71,6	73,2	2,4	962,1	962,0	-0,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	32,3	30,9	-4,5	389,1	374,1	-3,8
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	28,2	31,0	9,9	385,0	369,7	-4,0
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	5,1	5,2	2,7	78,7	82,8	5,2
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	8,8	10,1	14,8	100,1	114,9	14,8
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,1	0,2	78,0	2,9	26,1	794,6
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0		0,0	0,0	
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	9,0	11,0	21,9	41,7	50,7	21,5
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,0	1,1	5,1	18,5	20,0	8,2
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	-4,4	4,2	4,1	-4,2
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	0,3	0,3	9,9	75,4	35,5	-52,9
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	2,7	2,1	-22,1	24,0	17,7	-26,5
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,2	0,0	-100,0	1,7	1,4	-21,5
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	0,6	0,6	4,0	37,7	16,6	-56,0
4.4 Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira	33,6	37,0	10,3	545,1	555,7	1,9
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	26,9	28,6	6,2	349,1	366,4	5,0

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas/RMV – Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Debora Mesquita Pimentel
Felipe dos Santos Martins

Equipe de Assistentes:

Beatriz de Luna Barreto
Marcelo Guedes Pecly
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe Administrativa:

Aline Conceição Santos
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
